

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bahema S.A. (“Companhia”) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. A sede da Companhia está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.369 – Cj. 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo – SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”). O Grupo está envolvido primariamente na educação básica e continuada, bem como estruturação de cursos de ensino infantil, fundamental, ensino médio e atividades correlatas.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob a sigla BAH13.

2. Relação de entidades controladas

A seguir, a lista das controladas relevantes do Grupo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	%	Controlada	%	Controlada
Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (anteriormente denominada de Bahema Educação e Participações SP S.A.)	100	Direta	100	Direta
Bahema Educação RJ Ltda. (a)	99,99	Direta	100	Direta
Bahema Educação MG Ltda.	80	Direta	80	Direta
Sovila Participações S.A.	80	Indireta	80	Indireta
Escola da Vila Educação Ltda.	80	Indireta	80	Indireta
Somater Ensino e Pesquisa Ltda.	80	Indireta	80	Indireta

- (a) Conforme AGO realizada em 27 de abril de 2018 os acionistas da Bahema Educação RJ decidiram, dentre outras deliberações, ceder e transferir 01 (uma) quota de sua propriedade representativa do Capital Social totalmente subscrita e integralizada para a Bahema Educação MG Ltda.

3. Aquisição de controladas

Em 14 de fevereiro de 2017, o Grupo obteve o controle da Sovila Participações S.A. ("Sovila"), holding mantenedora das entidades prestadoras de serviços de educação básica Escola da Vila Educação Ltda., Escola da Vila Educação Infantil Ltda. (incorporada pela Escola da Vila Educação Ltda. em 30/06/2017) e Somater Ensino e Pesquisa Ltda. (conjuntamente referidas como "Grupo Escola da Vila"), ao adquirir 80% das ações do capital votante dessa entidade.

3.1. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida:

	Consolidado			
	14/02/2017 Valor nominal	14/02/2017 Valor presente	31/12/2017 Valor presente	31/12/2018 Valor presente
Caixa	10.397	10.397	-	-
Parcelas futuras (i)	14.000	10.839	13.398	7.931
Contraprestação contingente (ii)	6.000	5.325	6.199	-
Contraprestação trimestral (iii)	4.087	3.581	1.952	-
Total da contraprestação transferida	34.484	30.142	21.549	7.931

(i) Parcelas futuras

O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores o valor de até R\$ 14.000, sujeito a um ajuste de preço calculado com base no endividamento líquido apurado após a data de fechamento, e seu resultado após tal ajuste será pago em duas parcelas anuais e sucessivas, no valor máximo de R\$ 7.000 cada, vencendo a primeira 12 meses após a data de fechamento, sendo esta quitada no 1º trimestre de 2018 no valor de R\$ 6.547, e a segunda 24 meses após a data de fechamento. Os valores das parcelas futuras são corrigidos pela variação do CDI a partir da data de fechamento até o seu efetivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2018 o valor presente da parcela futura, já ajustada pelo endividamento líquido, era de R\$ 7.931 (R\$ 13.398 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Contraprestação contingente

O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional de R\$ 6.000 dentro de um prazo de 2 anos, condicionado à confirmação, em conjunto, da quantidade de alunos matriculados e da mensalidade média durante os anos letivos de 2017 e 2018. No primeiro trimestre de 2018 foi efetuado o pagamento R\$ 3.271 correspondente à primeira parcela da contraprestação contingente.

No segundo trimestre de 2018, o Grupo identificou que a condição estabelecida para a segunda parcela da contraprestação contingente não foi atingida. Desta forma a Companhia ficou desobrigada do pagamento da parcela com vencimento para fevereiro de 2019.

A segunda parcela da contraprestação contingente, no valor presente de R\$ 3.370 foi baixada do passivo com os vendedores e contabilizada como outras receitas no resultado operacional do segundo trimestre de 2018.

(iii) Contraprestação trimestral

O Grupo concordou em pagar uma contraprestação trimestral a cada um dos acionistas vendedores no valor total máximo de R\$ 511, por trimestre, totalizando o valor máximo de R\$ 4.087, que estará condicionado ao sucesso na transição dos negócios exclusivamente durante os anos letivos de 2017 e 2018.

No segundo trimestre de 2018, tendo em vista a saída de umas das Vendedoras, foi revertido do passivo com os vendedores o montante de R\$ 211, referente as parcelas futuras, e contabilizada como resultado operacional do trimestre. Com isso, o valor total máximo remanescente por trimestre é de R\$ 434, já considerando correção pelo IPCA.

Em 28 de dezembro de 2018, o Grupo pagou a oitava parcela do bônus trimestral no valor de R\$ 444, totalizando o valor de R\$ 3.993.

3.2. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela a seguir resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	Consolidado Grupo Escola da Vila 14/02/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4.412
Mensalidades a receber	1.231
Impostos a recuperar	146
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.925
Imobilizado	4.054
Intangível	17.931
Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	(307)
Fornecedores	(593)
Adiantamento de mensalidades	(5.971)
Obrigações trabalhistas	(1.868)
Obrigações tributárias	(682)
Impostos parcelados circulantes e não circulantes	(641)
Outras contas a pagar	(1.984)
Provisão para contingências	(756)
Total dos ativos identificáveis líquido	16.897

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Ativo intangível	Método <i>royalty relief</i> , método <i>multi-period excess earnings</i> e método <i>with or without</i> . O método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios. O método <i>with or without</i> considera o benefício futuro gerado por um ativo, projetando a diferença dos fluxos de caixa gerados pela empresa com a presença deste intangível e sem a presença do mesmo.

3.3. Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	30.142
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida	3.371
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(16.897)
Ágio	16.616

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

4.2. Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 26 de março de 2019.

4.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros e pelos ativos significativos adquiridos na combinação de negócios que foram mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período do relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

4.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:**

As mensalidades escolares a receber e demais recebíveis são submetidos ao critério do *impairment* e as provisões, quando aplicáveis, são constituídas para cobrir as perdas esperadas;

- **Provisão para contingências:** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- **Aquisição de controlada:** valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

4.6 Reclassificação e retificação de erros de exercícios anteriores

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia identificou que a parcela de 20% atribuível aos acionistas não controladores sobre os ativos intangíveis identificados na combinação de negócios não foi consolidada em 31/12/2017. Consequentemente, o ativo intangível e a participação de não controladores foram apresentadas a menor naquela data. O erro foi corrigido pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anterior afetado.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia:

(i) **Balanço patrimonial consolidado – 31/12/2017**

	31/12/2017 (Anterior)	Ajustes III	31/12/2017 (Reapresentado)
Total do ativo circulante	41.089	-	41.089
Total do ativo não circulante	52.992	3.277	56.269
Total do ativo	94.081	3.277	97.358
Total do passivo circulante	22.622	-	22.622
Total do passivo não circulante	12.607	-	12.607
Total do patrimônio líquido	58.852	3.277	62.129

	Intangível (Anterior)	Ajuste dos não controladores I	Intangível (Reapresentado)	Ajuste de amortização II	Ajuste líquido I + II = III
Marca	4.835	1.218	6.053	(102)	1.116
Contratos	103	26	129	(4)	22
Carteira de clientes	9.415	2.334	11.749	(195)	2.139
	14.353	3.578	17.931	(301)	3.277

	Intangível (Anterior)	Ajuste dos não controladores I	Ajuste de amortização II	Intangível em 31/12/2017 (Reapresentado)
Marca	4.835	1.218	(102)	5.951
Contratos	103	26	(4)	125
Carteira de clientes	9.415	2.334	(195)	11.554
	14.353	3.578	(301)	17.630

5. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas (aplicável apenas na controladora) e coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de valor justo/custo

Os investimentos em empresas nas quais o Grupo não possui influência significativa, são registrados pelo valor justo ou ao custo, quando este for uma estimativa apropriada do valor justo, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Reconhecimento de receitas

A receita da Companhia é composta basicamente pela prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e ensino médio.

As receitas são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida, onde a receita de prestação de serviços educacionais é reconhecida mensalmente conforme a prestação de serviços é realizada.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- **Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as *antigas* categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

- **Redução ao valor recuperável**

O possível efeito da adoção do CPC 48 / IFRS 9 sobre o valor contábil dos ativos financeiros poderia ser sobre as mensalidades a receber e outros recebíveis que eram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 / IAS 39 e agora são classificados ao custo amortizado, entretanto nenhum evento foi identificado que pudesse gerar efeitos na adoção do CPC 48/IFRS 9. Também não houve impacto na provisão para *impairment* destes recebíveis a serem reconhecidos no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48 / IFRS 9.

- **Derivativos e operações de hedge**

O Grupo não possui operação com transações de derivativos e/ou operações de hedge.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em fundos de investimentos com prazo de resgate abaixo de 90 dias, caracterizando-se como equivalentes de caixa.

- **Passivos financeiros não derivativos**

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota nº 14), fornecedores e outras contas a pagar (Nota nº 19).

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d) Mensalidades escolares a receber

Representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com estudantes com mensalidades em atraso e cobranças judiciais. As antecipações recebidas no exercício corrente a título de antecipação escolar são classificadas no passivo circulante como adiantamento de alunos e reconhecidas ao resultado de acordo com o seu exercício de competência.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

As mensalidades escolares a receber e demais recebíveis são submetidos ao critério do *impairment* e as provisões, quando aplicáveis, são constituídas para cobrir as perdas esperadas.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica "Despesas administrativas e gerais".

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis e ágio

Reconhecimento e mensuração

- **Ágio**

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- **Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

- **Plano de benefício definido**

A obrigação líquida do Grupo para o plano de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Os acordos contratuais firmados entre o plano de benefício definido e o Grupo estão registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica déficit atuarial a pagar. Qualquer alteração do referido acordo é ajustada contra o resultado do período em que ocorreu a alteração do acordo.

I) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

m) Novas normas e interpretações novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/ CPC 06 (R2) - aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento. A norma inclui duas isenções de reconhecimento, que permitem ao arrendatário decidir não aplicar os requisitos para:

- (i) arrendamentos de curto prazo; e
- (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Durante o exercício de 2018, o Grupo avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações contábeis decorrentes da adoção inicial da norma IFRS 16/CPC 06 (R2), resultando nos seguintes principais pontos:

- (i) **Abordagem de transição** – O Grupo optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada, ou seja, aplicará os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes, com exceção daqueles cabíveis nas condições de isenção de reconhecimento, na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Por conseguinte, não rerepresentará informações e saldos em bases comparativas.
- (ii) **Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso** - dos contratos de aplicação obrigatória da norma, a Administração do Grupo considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, consideradas as renovatórias de acordo com a política interna do Grupo, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato, configurando-se a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são inicialmente inflacionados com base nas expectativas de taxas de atualização contratual e posteriormente ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. A taxa nominal de desconto corresponde às cotações de mercado (referência em % CDI em 1º de janeiro de 2019) para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas instalações, considerando o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto nominal única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração do Grupo optou por utilizar o expediente prático

para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

- (iii) **Impactos na adoção inicial** - nas estimativas sobre os impactos realizada pela Administração do Grupo, concluiu-se que em 1º de janeiro de 2019 o Grupo reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R\$ 379 na Controladora e R\$12.791 no Consolidado. As contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas de locação passarão a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no resultado dos exercícios futuros em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas.

IFRIC 23 – Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro: Esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). Após avaliação, o Grupo entende que não há incertezas sobre o tratamento tributário aplicado, sendo provável a aceitação deste por parte das autoridades fiscais.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1	1	47	134
Bancos - conta corrente	4	2	2.575	1.646
Aplicações financeiras - fundos de investimentos	11.404	31.130	13.168	35.771
	11.409	31.133	15.790	37.551

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

7. Mensalidades a receber

(a) Composição

Descrição	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Mensalidades	1.429	1.815
Acordos (*)	-	35
Valores em cobrança judicial (*)	-	103
Cheques em cobrança (*)	-	77
Atividades Extras	89	-
(-) Perdas esperadas	(494)	(272)
	1.024	1.758

(*) Valores reclassificados para Outros Ativos.

O saldo de mensalidades escolares a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional.

(b) Composição dos saldos por tempo de vencimento

A composição do saldo com base nos vencimentos por título, é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	-	35
Vencidos de 0 a 30 dias	237	190
Vencidos de 31 a 60 dias	219	297
Vencidos de 61 a 90 dias	137	254
Vencidos a mais de 91 dias	925	1.177
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(494)	(272)
Cheques em Cobrança	-	77
Total	1.024	1.758

(c) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação dos saldos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2017	(272)
Adições	(393)
Recuperação - estorno	(8)
Reversões e baixas	179
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(494)

8. Adiantamentos

Descrição	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de férias (a)	324	258
Adiantamento a fornecedores	169	45
Outros adiantamentos	-	7
	493	310

(a) Pagamento antecipado das férias aos professores. As despesas serão reconhecidas de acordo com o período aquisitivo.

9. Tributos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda	5.690	5.148	5.913	5.230
Contribuição social	19	311	80	354
	5.709	5.459	5.993	5.584
Circulante	461	320	722	440
Não circulante	5.248	5.139	5.271	5.144



O saldo é composto substancialmente saldos em apurações de base negativa de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

As compensações estão sendo realizadas gradativamente, via DCOMP, quando da apuração de base tributável.

10. Outros Ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mútuo Escola Viva (a)	2.064	-	2.064	-
Acordos	-	-	309	-
Valores em cobrança judicial	-	-	450	-
Cheques em cobrança	-	-	67	-
Outros Ativos	562	273	2.233	2.575
	2.626	273	5.123	2.575
Circulante	262	273	1.214	1.030
Não circulante	2.364	-	3.909	1.545

- (a) Em 21 de março de 2018, a Companhia firmou contrato de empréstimo no valor de R\$ 2.000 com a Escola Viva Ensino Fundamental e Médio S.A.

O prazo final para pagamento do empréstimo, contado a partir da data de desembolso que ocorreu em 26 de junho de 2018, será de 10 anos. Sobre o empréstimo incidem juros a uma taxa anual equivalente a 100% (cem por cento) da variação positiva do CDI, que são calculados pro rata die desde a data do desembolso até o efetivo pagamento.

11. Investimentos

Composição

	Controladora					
	% - Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Investimentos	
					31/12/2018	31/12/2017
Avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP)						
Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (nova denominação da Bahema Educação e Participações SP S.A.) (a)						
	100	18.922	(325)	(325)	18.922	10.772
Bahema Educação RJ S.A.	99,99	11.747	156	156	11.747	9.741
Bahema Educação MG	80	502	(1.062)	(851)	473	103
Subtotal investimentos (MEP)				(1.020)	31.142	20.616
Investimentos avaliados pelo valor justo/custo						
Escola Mais Educação Ltda. (d)	15	-	-	-	1.308	850
Outros	-	-	-	-	3	3
Subtotal investimentos (valor justo/custo)					1.311	853
Total geral					32.453	21.469

	Consolidado					
	% – Participação	Patrimônio líquido	Lucro/ (prejuízo) líquido do período	Equivalência patrimonial	Investimentos 31/12/2018	Investimentos 31/12/2017
Investimentos avaliados pelo valor justo/custo						
Progresso Participações S.A. (b)	5	-	-	-	7.750	7.750
Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. (c)	-	-	-	-	3.730	1.750
Escola Mais Educação Ltda. (d)	15	-	-	-	1.308	850
Outros		-	-	-	3	3
Total geral					12.791	10.353

- (a) Em 14 de fevereiro de 2017, a Controlada Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (anteriormente Bahema Educação SP S.A.) adquiriu o controle do Grupo Escola da Vila por meio da aquisição de 80% das ações ordinárias, conforme divulgado na Nota nº 3. O contrato também prevê uma opção de compra exercível pela Controlada dos 20% remanescentes após três anos, e durante os seis meses subsequentes ("Período de Exercício"), e uma opção de venda dos mesmos 20% exercível pelos acionistas vendedores durante o Período de Exercício e por um prazo adicional de até um ano após o término do Período de Exercício;

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contabilizou a opção de venda dos acionistas vendedores no valor de R\$ 3.725, conforme divulgado na Nota nº 19.

- (b) Em 02 de março de 2017, a Controlada Bahema Educação RJ S.A. adquiriu 5% de participação do capital social da Progresso Participações S.A., sociedade mantenedora da Escola Parque no Rio de Janeiro, no valor de R\$ 7.750, sendo que desse valor R\$ 6.431 foi pago no 1º trimestre de 2017 e o restante no valor de R\$ 1.319 foi pago no 3º trimestre de 2017. O contrato também oferece uma opção de compra dos 95% restantes após três anos

O investimento realizado na Progresso Participações S.A. ocorreu com uma parte não relacionada (portanto, a valor justo na data) e que por se tratar de uma sociedade que não possui avaliação de preço a mercado, não seria possível estimar o preço atualizado nas Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia concluiu que o custo de aquisição representava, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, a melhor estimativa do valor justo.

- (c) Em 06 de julho de 2017, a Companhia, através de sua controlada direta Bahema Educação RJ S.A., firmou com as proprietárias das quotas representativas da totalidade do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. um contrato de promessa de concessão de mútuo, outorga de opções, instituição de ônus e outras avenças, que determina, dentre outras coisas, a concessão de um mútuo no valor total de R\$ 3.400, com desembolso de duas parcelas de R\$ 1.700. O primeiro desembolso ocorreu em 07 de julho de 2017 e a segunda em 06 de julho de 2018.

Para a garantia do mútuo foram entregues à Bahema Educação RJ S.A. notas promissórias emitidas pelas mutuárias, bem como alienadas fiduciariamente em favor da Bahema Educação RJ S.A. 33.000 quotas do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. de propriedade das mutuárias. As quotas alienadas representam 20% do capital



social e são objetos de opção de compra que pode ser exercida pela Bahema Educação RJ S.A. até 06 de julho de 2020. O preço do exercício será pago por meio de endosso, em favor de cada uma das mutuárias das notas promissórias emitidas pelo mútuo consignado.

As notas promissórias emitidas em razão da primeira parcela representam 10% do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. e passou a totalizar 20% após a segunda parcela do mútuo em 06 de julho de 2018.

O mútuo consignado vencerá em 30 de setembro de 2020 e sobre o valor total de cada parcela incidirão juros remuneratórios de 6,00% a.a.

O contrato firmado também estabelece a opção de compra de 80% do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda., que poderá ser exercida até 06 de julho de 2020, pelo preço certo e ajustado de R\$ 13.600, devidamente corrigido pela variação da taxa DI.

Considerando que a intenção da Companhia é a conversão do mútuo (instrumento financeiro ativo ao custo amortizado) em participação societária na referida entidade, o valor total foi classificado na rubrica Investimentos e considerado como participação societária em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 para refletir a essência da transação.

- (d) Em 18 de abril de 2017, a Companhia firmou contrato de mútuo no valor de R\$ 275 com a Escola Mais Educação Ltda., o qual foi convertido em participação societária de 5% em 2018. Durante o exercício de 2017 houve atualização no montante de R\$25mil, correspondentes aos juros remuneratórios equivalentes à 1% ao mês.

Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia realizou investimento adicional, mediante aporte de capital no valor de R\$ 550mil contra uma transferência de participação societária, representativa de até 5,5% do capital social da Escola Mais Educação Ltda.

Em 29 de outubro de 2018, a Companhia realizou investimento adicional, mediante aporte de capital no valor de R\$ 450 contra a transferência de participação societária, representativa de até 4,5% do capital social da Escola Mais Educação Ltda. Neste caso totalizando um investimento de R\$ 1.308 representativo de 15% do Capital Social da Escola Mais.

Movimentação dos investimentos

Controladora				
	Saldo em 31/12/2017	Atualização Juros/Aportes/Ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (nova denominação da Bahema Educação e Participações SP S.A.)	10.772	8.475	(325)	18.922
Bahema Educação RJ S.A.	9.741	1.850	156	11.747
Bahema Educação MG	103	1.221	(851)	473
Investimentos avaliados pelo método de custo/valor justo				
Escola Mais Educação Ltda.	850	458	-	1.308
Outros	3	-	-	3
Total geral	21.469	12.004	(1.020)	32.453

Consolidado			
	Saldo em 31/12/2017	Atualização Juros/Aportes	Saldo em 31/12/2018
Investimentos avaliados pelo método de custo/valor justo			
Progresso Participações S.A.	7.750	-	7.750
Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda.	1.750	1.980	3.730
Escola Mais Educação	850	458	1.308
Outros	3	-	3
Total geral	10.353	2.438	12.791

12. Imobilizado

Composição

	% - Taxa de depreciação	Consolidado			
		31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	2.287	(1.565)	722	774
Máquinas e equipamentos	10%	277	(223)	54	14
Computadores e periféricos	20%	2.317	(1.925)	392	277
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(a)	8.451	(2.716)	5.735	4.061
Instalações	10%	1.028	(591)	437	366
Brinquedos didáticos	10%	45	(22)	23	26
Equipamento de som	10%	16	(10)	6	7
Equipamentos escolares	10%	81	(71)	10	15
Instrumentos musicais	10%	7	(4)	3	4
Materiais de laboratório	10%	58	(56)	2	2
Materiais esportivos	10%	31	(27)	4	5
Materiais de biblioteca	10%	4	(4)	-	-
Móveis didáticos	10%	393	(117)	276	128
Veículos	20%	296	(296)	-	48
Total		15.291	(7.627)	7.664	5.727

(a) A amortização das Benfeitorias em propriedades de terceiros é calculada pelo prazo contratual de utilização, conforme os contratos realizados pelo grupo.

	Prazo de Locação	Taxa
Bahema S/A	5 anos	20%
Escola da Vila Ltda.	10 anos	10%
Somater Ensino e Pesquisa Ltda	10 anos	10%

Bahema MG (em andamento)

- -

Movimentação

Descrição	Consolidado				31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	
Móveis e utensílios	774	76	-	(128)	722
Máquinas e equipamentos	14	49	-	(9)	54
Computadores e periféricos	277	255	-	(140)	392
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4.061	2.225	-	(551)	5.735
Instalações	366	135	-	(64)	437
Brinquedos didáticos	26	-	-	(3)	23
Equipamento de som	7	-	-	(1)	6
Equipamentos escolares	15	-	-	(5)	10
Instrumentos musicais	4	-	-	(1)	3
Materiais de laboratório	2	-	-	-	2
Materiais esportivos	5	-	-	(1)	4
Móveis didáticos	128	188	-	(40)	276
Veículos	48	-	-	(48)	-
Total	5.727	2.928	-	(991)	7.664

13. Intangível (consolidado)

Composição

% - Taxa de amortização	31/12/2018				31/12/2017					
	Custo	Ajuste	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Ajustes Custo Nota 4.6	Ajustes Amortização Nota 4.6	Valor líquido (Reapresentado)
Vida útil indefinida										
Ágio	-	18.241	-	18.241	18.241	-	18.241	-	-	18.241
Ágio - ajustes da mensuração a valor justo dentro do prazo de 1 ano	-	(1.625)	94	(1.531)	(1.625)	-	(1.625)	-	-	(1.625)
Total ágio	-	16.616	94	16.710	16.616	-	16.616	-	-	16.616
Vida útil definida										
Marca	10	5.813	(885)	4.928	4.835	(402)	4.433	1.218	(102)	5.549
Contratos	10	119	(38)	81	103	(17)	86	26	(4)	108
Carteira de clientes	10	11.337	(1.726)	9.611	9.415	(785)	8.630	2.334	(195)	10.769
Software	5	1	-	1	1	-	1	-	-	1
Total		33.886	94	(2.649)	31.331	30.970	(1.204)	3.578	(301)	33.043

Movimentação

	Método de amortização	31/12/2017 (Reapresentado)	Ajuste	Amortização	31/12/2018
Vida útil indefinida					
Ágio	-	16.616	94	-	16.710
Vida útil definida					
Marca	Linear	5.549		(621)	4.928
Contratos	Linear	108		(27)	81
Carteira de clientes	Linear	10.769		(1.158)	9.611
Software	Linear	1		-	1
Total		33.043	94	(1.806)	31.331

Teste por redução ao valor recuperável – Ágio

O valor recuperável do ágio da Sovila foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Descrição	Consolidado 31/12/2018
Taxa de desconto nominal	19,0%
Taxa de crescimento estimada para os próximos 5 anos	15,7%
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,2%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base no custo médio ponderado de capital, com uma possível alavancagem de 10% a uma taxa de juros de mercado de 120% do CDI.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O valor recuperável estimado, em estudo realizado para o encerramento de 31 de dezembro de 2018, foi superior ao seu valor contábil, dessa forma, não se fez necessário a contabilização de impairment para o ágio da Sovila.

14. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		
	Moeda	% - Taxas contratuais a.a.	Vencimentos
Empréstimos e financiamentos			31/12/2018
BNDES (a)	R\$	6%	2019
Leasing (b)	R\$	23% a 29%	2017 a 2019
Encargos a apropriar			(10)
Total			62
Passivo circulante			62
Passivo não circulante			-
Total			62

- (a) Empréstimo obtido para aquisição de ônibus escolares;
- (b) Financiamentos para aquisição de notebooks, projetores, estabilizadores, entre outros equipamentos de informática.

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	-	-	1.056	975
Provisão de férias e encargos	4	9	594	471
Rescisões a pagar	-	-	3	-
FGTS a pagar	-	1	189	170
INSS a pagar	20	22	557	518
Pró-labore a pagar	-	-	25	18
Outros	-	-	45	45
	24	32	2.469	2.197

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento REFIS (a)	-	-	437	527
IRPJ a pagar	-	-	-	154
CSLL a pagar	-	-	-	65
PIS e COFINS	9	8	175	226
ISS	4	-	102	130
IRRF	17	17	723	644
Outros	195	4	241	31
Total	225	29	1.678	1.777
Passivo circulante	32	29	1.100	1.350
Passivo não circulante	193	-	578	427

(a) O Grupo efetuou o parcelamento de seus débitos tributários para pagamento em até 180 meses.

A manutenção das condições de pagamento e demais benefícios dos parcelamentos está condicionada ao pagamento regular de suas parcelas, o que tem ocorrido dentro dos preceitos da legislação em vigor.

A movimentação do referido parcelamento para as demonstrações contábeis é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	527
Atualização no período	16
Amortização no período	(106)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	437

17. Adiantamentos de mensalidades

Os valores contabilizados nessa rubrica referem-se aos adiantamentos de mensalidades de cursos que serão atendidos no decorrer do exercício subsequente. A receita é reconhecida dentro de seu correto período de competência, à medida que o serviço de educação for prestado.

18. Provisão para contingências

O Grupo é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Contingências	Consolidado	
	Depósito judicial	31/12/2018 Probabilidade de perda Provável
Trabalhistas	16	-
Cíveis	9	-
Tributárias	432	324
	457	324

Conforme informações dos assessores jurídicos do Grupo, os processos judiciais movidos na condição de perda possível, não provisionados, perfazem o montante de R\$ 2.455 em 31 de dezembro de 2018 que se referem a causas tributárias.

Movimentação das provisões – consolidado

	Depósitos	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	457	467	-	324	791
Atualização	-	83	-	-	83
Processos concluídos – Outras Contas a Pagar (a)	-	(550)	-	-	(550)
Saldo em 31/12/2018	457	-	-	324	324

- (a) No ano de 2012 foi constituída a Contingência Trabalhista, nas empresas Escolas da Vila e Somater, resultante de um processo de reclamatória trabalhista, envolvendo o prestador de serviços, Armando Tambelli Júnior, processo nº 0000665-24.2012.5.02.0031

Em 05 de setembro de 2018, foi realizada a Audiência, na qual foi acordado que empresas deverão pagar a importância líquida de R\$ 550, em 20 parcelas mensais de R\$ 28 cada, sendo que a primeira parcela foi paga no dia 06 de setembro de 2018, a título de indenização.

Desta forma foi realizada a reclassificação para Outras contas a pagar (Passivo Circulante e Não Circulante).

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Honorários advocatícios (a)	-	330	-	330
Ações a pagar Sovila Participações S.A. – Nota nº 3.1	-	-	7.931	21.549
Ações a pagar Vereda Educação S.A. - (b)	-	49	-	49
Acordos - Nota nº 18 (a)	-	-	440	-
Opção de Venda (c)	-	-	3.725	-
Outras	48	36	1.875	1.814
	48	415	13.971	23.742
Passivo circulante	48	366	8.590	12.415
Passivo não circulante	-	49	5.381	11.327

- (a) A Companhia possuía ação de rescisão contratual por perdas e danos movida pela Unique Foods & Investimentos Ltda., com valor de R\$ 10.444 em 31 de dezembro de 2016, classificada na condição de perda remota em decorrência da negativa de provimento ao recurso proferida em 30 de outubro de 2014. Em abril de 2018 foi efetuado um acordo e o caso foi encerrado, dessa forma a Companhia pagou R\$ 502 de honorários advocatícios dos quais R\$ 330 já estavam provisionados.
- (b) Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia subscreveu 4.745 ações preferenciais, no valor de R\$ 667 da empresa Vereda Educação S.A. Foram integralizados R\$ 44 no 1º trimestre de 2017, R\$ 162 no 2º trimestre de 2017, R\$ 56 no 3º trimestre de 2017, R\$ 278 no 4º trimestre de 2017. Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia decidiu vender as 4.745 ações preferenciais pelo valor de R\$ 539. O valor recebido foi R\$ 588, portanto a maior em R\$ 49 que foram devolvidos aos compradores em 08 de janeiro de 2018.
- (c) Como parte do acordo de aquisição de participação da Escola da Vila, uma opção de venda (“*put*”) foi emitida pela Companhia e uma opção de compra (“*call*”) foi emitida pelos acionistas vendedores, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da Escola da Vila por um valor equivalente ao múltiplo de EBITDA de 2019, sendo a *put* exercível por seis meses a partir de fevereiro de 2020 e até um ano após esse período, e a *call* da mesma forma. Em 31 de dezembro de 2018, a opção de venda foi valorizada em R\$ 3.725 e o passivo categorizado como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia. O valor justo deste passivo foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente da estimativa, descontados pelo custo médio ponderado de capital) e foi integralmente registrado como “Ajuste de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Aumento de capital da Companhia

Em 31 de julho de 2017, o Conselho de Administração se reuniu e aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, no montante de R\$ 30.555, por meio da emissão de 568.152 (quinhentas e sessenta e oito mil cento e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em decorrência do aumento de capital social realizado no contexto da Oferta, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 56.950 (R\$ 26.395 em 31 de dezembro de 2016) dividido em 1.171.970 (603.818 em 31 de dezembro de 2017) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O gasto com emissões de ações totalizou R\$ 862.



As ações foram subscritas no âmbito da Oferta Restrita e integralizadas no dia 03 de agosto de 2017 em moeda corrente nacional. As ações farão jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir de 31 de julho de 2017, e a todos os demais benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do Estatuto Social da Companhia.

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 56.950 em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, representado, respectivamente, por 1.171.970 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2018	31/12/2017
Mint Educação Fundo de Investimento em Ações	43,67%	35,94%
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	0,00%	10,29%
Carlos Eduardo Affonso Ferreira	6,44%	8,61%
Guilherme Affonso Ferreira Filho	7,58%	7,44%
Monica Affonso Ferreira Mation	4,01%	4,01%
Frederico Marques Affonso Ferreira	3,30%	3,73%
Ana Maria Afonso Ferreira	1,91%	3,19%
Guilherme Affonso Ferreira	0,00%	1,10%
Bruno Bertolucci Belliboni	0,88%	0,87%
Caio Graco Bianchi	1,46%	0,01%
Afrânio Affonso Ferreira Neto	0,15%	0,00%
Outros	30,60%	24,81%
Total de ações em circulação	100,00%	100,00%

Conforme comunicados ao mercado em abril de 2018, a Fundação dos Economiários Federais (“FUNCEF”), Entidade Fechada de Previdência Complementar, alienou a totalidade das ações ordinárias emitidas pela Companhia, detidas de forma direta e indireta pelas carteiras administradas e fundos de investimentos em ações da FUNCEF. A participação acionária detida anteriormente à alienação era de 120.654 (cento e vinte mil seiscentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando aproximadamente 10,295% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Em conexão com essa alienação a Mint Capital Gestora de Recursos Ltda. (“Mint”), na qualidade de gestora de fundos de investimento, informou que os fundos de investimento sob sua gestão discricionária atingiram, em conjunto, a participação acionária agregada de 501.500 (quinhentas e uma mil e quinhentas) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando aproximadamente 43,67% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

b) Reserva legal

Constituída anualmente na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva legal, após a absorção do prejuízo acumulado no valor de R\$ 2.066, é de R\$ 173.

c) Reserva estatutária para investimentos

Constituída pela importância não superior a 71,25% do lucro líquido com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva estatutária para investimento foi totalmente absorvido pelo prejuízo do exercício de 2017.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

São classificados como ajustes de avaliação patrimonial as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, enquanto não computadas no resultado do exercício, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos na Lei 6.404/76 ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A constituição da referida reserva está descrita na Nota nº 19.

e) Dividendos

As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

f) Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro (prejuízo) por ação diluído.

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico:

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador básico		
Resultado do período	(2.108)	(4.557)
Denominador		
Média ponderada de ações – básica	1.171.970	842.629
Prejuízo básico por ação em (R\$)	(1,80)	(5,41)

21. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Receita operacional bruta				
Contribuições de alunos - mensalidades	-	-	46.615	39.891
Serviços de assessoria e consultoria	300	-	300	-
Impostos	(42)	-	(2.809)	(2.256)
	258	-	44.106	37.635

22. Custos dos serviços prestados por natureza

	Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Custo de pessoal	(24.850)	(19.004)
Custo com materiais	(274)	(178)
Custo diversos	(1.229)	(1.016)
Custo de serviços de terceiros	(2.641)	(1.417)
	(28.994)	(21.615)

23. Despesas administrativas e gerais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Alugueis e condomínios	(123)	(80)	(3.681)	(2.829)
Serviços prestados por terceiros (a)	(1.313)	(2.564)	(4.187)	(4.818)
Conservação de bens e instalações	(13)	(4)	(733)	(485)
Impostos e taxas	(48)	(88)	(685)	(516)
Depreciação e amortização	(70)	(49)	(991)	(582)
Outras	(124)	(718)	(1.451)	(1.565)
	(1.691)	(3.503)	(11.728)	(10.795)

(a) Serviços prestados por terceiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Custos com aquisição de controladas e não controladas	-	(824)	-	(824)
Assessoria de imprensa referente aquisição de empresas	-	(49)	-	(49)
Estudos para investimentos	-	(157)	-	(157)
Outros serviços relacionados aos investimentos	-	(230)	-	(230)
Serviços relacionados às operações regulares	(1.313)	(1.304)	(4.187)	(3.558)
	(1.313)	(2.564)	(4.187)	(4.818)

24. Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Salário	(14)	(38)	(3.731)	(2.571)
Pró-labore	(1.026)	(1.003)	(1.366)	(1.144)
Férias	-	(12)	(466)	(318)
Décimo terceiro	(2)	-	(343)	(231)
PLR	-	-	(42)	(50)
Indenizações	-	-	(1)	(1)
INSS	(203)	(212)	(1.436)	(1.025)
FGTS	(1)	(7)	(383)	(286)
Outras despesas com pessoal	(43)	(73)	(978)	(580)
	(1.289)	(1.345)	(8.746)	(6.206)

25. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Reversão de provisão para contingências	-	180	-	180
Reversão de provisão para déficit atuarial	-	463	-	463
Reversão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	179	-
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(393)	-
Amortização mais valia	-	-	(1.806)	(1.204)
Combinação de Negócios – Reversão de parcelas contingentes - Nota nº 3.1	-	-	3.370	-
Outras	200	(24)	1.658	(221)
	200	619	3.008	(782)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos de investimentos	1.102	1.990	1.522	2.314
Juros ativos	386	436	546	490
Outras Receitas Financeiras	-	-	3	-
	1.488	2.426	2.071	2.804
Despesas financeiras				
Juros passivos	(26)	(15)	(129)	(77)
Juros passivos – variação CDI contratos aquisição Sovila Nota nº 3.1	-	-	(611)	(1.513)
Juros passivos – AVP contratos de aquisição Sovila Nota nº 3.1	-	-	(813)	(1.692)
Outras	(5)	(5)	(243)	(195)
	(31)	(20)	(1.796)	(3.477)
Resultado financeiro	1.457	2.406	275	(673)

27. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.085)	(4.557)	(5.675)	(12.854)
Lucro contábil antes do Imposto de renda e da contribuição social - controladas	-	-	3.596	10.252
Total	(2.085)	(4.557)	(2.079)	(2.602)
Alíquota nominal combinada %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(709)	-	(1.223)	3.486
Adições/ exclusões líquidas	(732)	-	736	(4.905)
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado – corrente	(23)	-	(487)	(1.419)
Alíquota efetiva	1%	-	(14%)	(14%)

28. Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pelo Grupo estão representados por caixa e equivalentes de caixa, investimentos e fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis do Grupo, a qual está sujeita aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de o Grupo ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que o Grupo atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

O Grupo entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações em fundos de investimentos e correção de alguns de seus passivos conforme apresentado a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.409	31.133	15.790	37.551
Parcelamento REFIS (a)	16	-	-	(437)	(527)
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	(62)	(62)
Ações a pagar Sovila Participações S.A.	3.1	-	-	(7.931)	(21.549)

Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, com base em sua exposição líquida, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro de 2018 e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa e passivos financeiros	6,50%	4,88%	3,25%

Fator de risco	Risco	Instrumento	Controladora		
			Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	12.151	11.965	11.780

Fator de risco	Risco	Instrumento	Consolidado		
			Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros – CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	16.816	16.560	16.303
Taxa de juros – CDI	Diminuição da taxa do CDI	Passivos financeiros	(8.978)	(8.841)	(8.704)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:

Exposição a riscos de liquidez

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	-	40	57	346	422
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	62	62
Outras contas a pagar	19	48	366	13.971	12.415
		88	423	14.379	12.899



Gerenciamento do capital

Os objetivos do Grupo, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital.

Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2018 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado.

29. Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral.

Os suplentes de membros do Conselho de Administração são remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de conselheiro, em caso de vaga do titular.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os Diretores recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo de R\$ 886 e R\$ 896 respectivamente.

Não foi pago nenhum valor a título de: **(i)** benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); **(ii)** benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo) e **(iii)** remuneração com base em ações.

(b) Dividendos a pagar

Em 27 de dezembro de 2017 a Companhia pagou R\$ 385 de dividendos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2018, em consonância com o Artigo 287 da Lei 6.404, foram revertidos os dividendos prescritos dos anos de 2013 e 2014 no total de R\$ 42. Restando um saldo de R\$ 3 de dividendos não reclamados.

30. Informações por segmento

A Administração do Grupo baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis são regularmente revistas pela Administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “prestação de serviços de educação básica” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. F



31. Seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram julgadas suficientes e adequadas pela Administração da Companhia.

32. Eventos Subsequentes

Em 11 de fevereiro de 2019 a Companhia, através de sua controlada direta Bahema Educação RJ Ltda., adquiriu cotas representativas de 15% do Capital Social da Escola Centro Educacional Viva Ltda. ("Centro Viva") pelo valor de R\$ 682. O contrato também oferece uma opção de compra de até 70% de quotas adicionais da Centro Viva.

Guilherme Affonso Ferreira Filho
Diretor

Edson Manabu Kubagawa
CRC TC 1SP 146.701/O-4

* * *